

# **O Estatuto dos Nominais Pós-Verbais dos Verbos Inacusativos<sup>1</sup>**

Milton do Nascimento

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**

Mary A. Kato

**Universidade de Campinas**

## **Abstract**

In this paper, written in the framework of the Principles and Parameters Theory, we propose an alternative analysis for post-verbal constituents of inaccusative verbs, on the basis of Brazilian Portuguese data. Basically, we analyze these constituents as predicative constructions and we extend this analysis to all constructions which contain the so-called "definitude effect".

## 1. O PROBLEMA

O comportamento dos complementos dos verbos inacusativos tem intrigado os lingüistas desde o trabalho pioneiro de Perlmutter (1976) sobre esta classe de verbos. As questões que têm desafiado os lingüistas são:

- (1) a. a possibilidade ou impossibilidade de atribuição de Caso a tais complementos;
- b. seu estatuto funcional (objeto ou sujeito), e
- c. sua restrição sobre a definitude.

Pretendemos mostrar, neste trabalho, que uma análise adequada da natureza dos nominais pós-verbais dos inacusativos fornecerá uma explicação natural para as três questões acima.

Nossa hipótese é a de que o constituinte que aparece na posição pós-verbal dos inacusativos é um Predicativo e, como tal, não se movimenta para receber Caso, instituindo-se como um complemento do tipo dos Verbos de Alçamento (raising), cujo sujeito alça-se para receber Caso. A restrição sobre definitude decorrerá do fato de serem Predicativos.

Este artigo terá a seguinte organização: na seção 2 apresentaremos um esboço das principais análises propostas na Teoria de Princípios e Parâmetros relativamente à atribuição de Caso pelos verbos inacusativos (Chomsky(1981, 1986), Borer (1986) e Belletti (1988)); na seção 3 consideraremos a chamada “*restrição sobre a definitude*”; na seção 4, proporemos uma análise para os existenciais do Inglês e do Francês (duas línguas que não permitem o sujeito nulo) e do Português (língua de sujeito nulo<sup>2</sup>); na seção 5, discutiremos nossa proposta de análise dos verbos inacusativos como verbos de “alçamento”, considerando os nominais pós-verbais como predicados; na seção 6, destacaremos a possibilidade de construirmos tais predicados com DPs introduzidos pelo artigo definido; finalmente, na seção 7, apresentaremos uma síntese das conclusões desse trabalho.

## 2. A TEORIA DOS CASOS E OS INACUSATIVOS

Tem sido proposta a atribuição de Caso aos complementos inacusativos, variando o Caso atribuído segundo os diferentes autores: (i) Caso Nominativo na Estrutura-S [Chomsky, 1981, Jaeggli, 1982]; (ii) Caso Nominativo ou Acusativo em Estrutura-S [Borer, 1986] e (iii) Caso Partitivo na Estrutura-P e Nominativo na Estrutura-S [Belletti, 1988].

Para Chomsky (1981) o complemento inacusativo é gerado na posição pós-verbal e um PRO expletivo, que é co-superindexado com o NP<sup>3</sup> posposto, é inserido na posição [NP, S]. Semelhantemente a um sujeito gerado nessa posição, o PRO expletivo é co-superindexado com INFL (Concordância). Nas línguas de Sujeito Nulo, INFL é afixado ao verbo na Sintaxe (pela chamada regra R). Após a ação dessa Regra R, o Verbo rege o NP posposto e lhe atribui o Caso nominativo.

Em Chomsky (1986), esse mecanismo de superindexação dá origem a uma nova noção de CADEIA, que inclui não só a tradicional cadeia NP-vestigio, como também a cadeia Expletivo-NP. Como na cadeia NP-vestigio, o Expletivo é o elemento responsável pela atribuição de Caso, sendo o NP o elemento que recebe Papel Temático.

Borer (1986) apresenta uma variante da hipótese nominativa. Para ela, o NP em questão recebe Caso Nominativo se, e somente se, concorda com o verbo. Ela estabelece uma comparação interessante entre o Inglês e o Francês, mostrando que no Inglês o nominal pós-verbal é Nominativo quando recebe Caso através do expletivo **there**. O expletivo **there**, no entanto, não possui os traços de pessoa e número, tendo uma natureza adverbial, e, conseqüentemente, a concordância do verbo se dá com o NP pós-verbal. Diferentemente do que acontece em Inglês, nas construções inacusativas do Francês a concordância se dá com o expletivo *il*, que recebe Caso Nominativo. Para Borer, o nominal pós-verbal em Francês recebe o Caso Acusativo, não constituindo, como no Inglês, uma cadeia com o expletivo. Assim, no Inglês, nas não no Francês, tem-se, nas construções inacusativas, o Caso Nominativo atribuído ao complemento.

No Hebreu, segundo Borer, a situação é diferente: quando o verbo inacusativo atribui Nominativo ao complemento, dá-se a concordância entre verbo e complemento, “uma vez que a concordância é uma propriedade dos NPs marcados com o Caso Nominativo” [p.386]. E o NP complemento é invariavelmente indefinido. No entanto, se o verbo inacusativo atribui Caso Acusativo ao NP, o verbo permanece não-flexionado no masculino

singular, sejam quais forem os traços flexionais do NP complemento. Embora Borer nada diga a respeito, todos os complementos, neste caso, são definidos. Parece, portanto, haver uma correlação entre Caso e Definitude. Todos estes dados justificam-se por sua hipótese, segundo a qual a superindexação do SN pós-verbal é livre, contrariamente ao que sustenta Chomsky.

Uma perspectiva completamente diferente é adotada por Belletti (1988). Ela sustenta que os verbos inacusativos e ergativos atribuem opcionalmente a seus complementos, aos quais ela se refere como “I-Subjects” (Sujeitos Invertidos), o Caso Partitivo. Tais complementos incluem todos os SNs pós-verbais, que também podem aparecer na posição pré-verbal. O Caso Partitivo é atribuído na Estrutura-P, opcionalmente. Se um nominal não recebe o Caso Partitivo, ele sofrerá alçamento, para receber o Caso Nominativo estrutural.

A análise de Borer destina-se primordialmente à explicação do chamado “*Efeito de Definitude*”, que, para ela, está correlacionado com o Caso Partitivo, associando-se o Nominativo com os NPs Definidos. Sua proposta cobre os dois tipos de língua: as que não permitem o sujeito nulo, como o Inglês e o Francês, que exibem um efeito de definitude forte, e as que permitem o sujeito nulo, que parecem ser menos exigentes com relação à exclusão de NPs definidos dos complementos dos verbos inacusativos.

O que podemos constatar nestas diferentes análises é que três Casos diferentes são atribuídos aos complementos dos inacusativos: Nominativo, Acusativo e Partitivo. Nas três abordagens, o Nominativo é tomado como o Caso básico. O Caso é correlacionado quer com a concordância, quer com as restrições sobre Definitude. Há ainda uma contradição na correlação estabelecida pelos referidos autores: enquanto para Borer o Nominativo se correlaciona com a “indefinitude” e o Acusativo com a “Definitude”, para Belletti o Nominativo se correlaciona com a Definitude e o Partitivo com a Indefinitude. Na próxima seção, seguindo uma sugestão de Higginbotham (1987) e Safir (1989) examinaremos a possibilidade de tratar a definitude como uma restrição sobre predicados, em geral, e não sobre argumentos.

### 3. O EFEITO DE DEFINITUDE

Vários trabalhos que abordam o problema dos sujeitos pospostos observaram que os verbos inacusativos, diferentemente de outros verbos,

apresentam restrições quanto à presença de NPs definidos em seus complementos. Os estudos mais voltados para o problema do Caso, como os que mencionamos acima, têm sistematicamente desconsiderado o comportamento paralelo dos verbos inacusativos e das construções com cópula, com relação à restrição sobre a definitude.

Observe-se que há um paralelismo perfeito nos três conjuntos de sentenças que seguem:

- (2)
  - a. The boy is a poet.
  - b. \*The boy is the poet.
  - c. The boy is the poet that everybody loved.
  - d. The boys are the following: Jim, Peter, Tony and Chuck.
- (3)
  - a. Everybody considers the boy a poet.
  - b. \*Everybody considers the boy the poet
  - c. Everybody considers the boy the best poet in the group.
  - d. Everybody considers the parthenon of the nation the following poets: Whitman, Frost, Pound and D. Thomas.
- (4)
  - a. There arrived a letter.
  - b. \*There arrived the letter.
  - c. There arrived the letter that everybody expected.
  - d. There arrived the following guests: the Ministry of Nigeria, the British Prime Minister, Pierre Cardin and Pelé.

Nos três tipos de construções os NPs “leves” só podem ser indefinidos. Os NPs “pesados” podem ser definidos<sup>4</sup>. Os NPs definidos leves são permitidos, no entanto, quando eles encabeçam uma lista. Podemos chamar este conjunto de propriedades de “efeito de definitude” [ED, daqui para frente]. Higginbotham (1987) atribui a propriedade ED a predicados, postulando que quando encontrarmos tal efeito estaremos diante de uma estrutura não-saturada.

Nas construções com cópula, há consenso em que o NP pós-verbal não é um argumento, não exigindo, conseqüentemente, Caso: analisa-se tal NP como uma mini-oração [X, em (5), abaixo] cujo sujeito, para receber Caso, é alçado para a oração principal:

- (5) a. EP: [cv ser [<sub>SC</sub> [<sub>NP</sub> Fernanda] [<sub>X</sub> triste/uma criança]]]  
 b. ES: [ Fernanda<sub>i</sub> é [<sub>NP</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>X</sub> triste/uma criança]]

Se o constituinte X, acima, manifestar Caso, é pela mera razão de, nas línguas flexionadas, os predicados concordarem em traços com seus sujeitos recebendo Caso de INFL: no caso de orações do tipo de (5), do INFL da oração principal. E se a propriedade de rejeitar NPs definidos “leves” é uma propriedade de predicados, então a função de predicado de tais NPs deverá explicar de maneira natural o seu comportamento relativo a Caso e ao ED.

Mas, se os complementos dos verbos inacusativos apresentam as propriedades ED, devemos questionar seu pressuposto estatuto de argumento. E, se são predicados, temos de responder, no mínimo, três questões relativas à ocorrência dos NPs pós-verbais em estruturas do tipo de (4):

- (6) a. De que predicam tais “complementos”?  
 b. Dado que, em tais construções, o outro único NP é um expletivo, a que constituinte o verbo inacusativo irá atribuir seu papel temático?  
 c. Se tal verbo atribui um papel temático a um constituinte, como este constituinte recebe Caso? E que Caso irá receber?

#### 4. ORAÇÕES EXISTENCIAIS

##### 4.1 Inglês.

Antes de considerar os verbos inacusativos em geral, focalizaremos as orações existenciais, que são, na verdade, uma subclasse das construções inacusativas e que, no Inglês, têm como núcleo a cópula *be*. Como se pode observar em (7), abaixo, as orações com ‘*there* + cópula’ manifestam o mesmo ED das construções predicativas:

- (7) a. There is an actor in the room.  
 b. \* There is the actor in the room.  
 c. There is the actor whose name appeared in the headlines yesterday.

**d. There are the following actors: Woody Allen, Michael Cain, Sean Connery and Richard Hurt.**

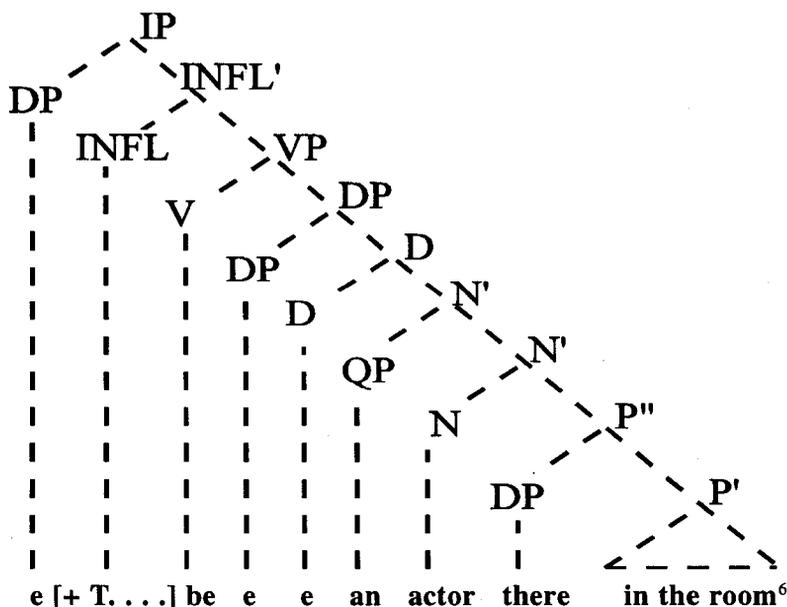
Seguindo Lyons (1977), pode-se argumentar que orações do tipo de (7) são diferentes de orações do tipo de (8), abaixo, em que a proposição diz respeito a uma entidade expressa por um NP, a que se atribui um 'lugar':

(8) The actor is in the room.

Diferentemente de (8), nas orações de (7), uma entidade é atribuída a um lugar, o que significa que o NP é o predicado de um adverbial, uma relação que seria mais transparente se elas fossem analisadas como uma predicação por "mini-orção". É o que tentaremos mostrar a seguir.

Propomos; para (7)a., a Estrutura Subjacente e a Estrutura-S esboçadas, respectivamente, em (9)a. e (9)b., abaixo, ignorando-se um possível alçamento do Verbo ou rebaixamento de I:<sup>5</sup>

(9) a.



(9) b. [<sub>IP</sub> There<sub>i</sub> [<sub>is</sub> [<sub>DP</sub> [<sub>t<sub>i</sub></sub>] [<sub>D</sub>e] [<sub>N'</sub> an actor [<sub>P</sub> t<sub>i</sub> [<sub>P</sub> in the room]]]]]].

Ao postular (9)a. e (9)b., o que, na verdade, queremos propor é que:

(10) a. o verbo be semanticamente seleciona (s-seleciona) uma proposição<sup>7</sup> cuja realização estrutural canônica pode ser DP, AP, PP, etc.<sup>8</sup>

b. a definição de N' como predicado e, portanto, de DP como predicativo, depende da natureza de D: um D nulo, por exemplo, não satura o DP, definindo-o como predicativo;

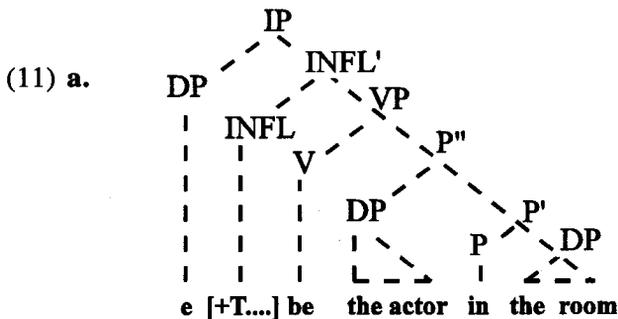
c. N', como predicado, não recebe caso, mas deve ser licenciado por um sujeito, o t<sub>i</sub> mais alto em (9)b., licenciado na Cadeia nominativa [There, t<sub>i</sub> t<sub>i</sub>]: there, sujeito de P", movimentando-se para receber Caso, torna visível o predicado complexo D' ;

d. os Ns núcleos de N' s não-saturados por um D, que funcionam, portanto, como núcleos de predicados, comportam-se sintaticamente como a maioria dos adjetivos: são "inacusativos"<sup>9</sup>. Assim, em (9)a., "actor" seleciona e atribui papel temático ao constituinte [<sub>P</sub> There in the room];

e. contrariamente a A e V (categorias [+V]), os Ns que são [-V], mesmo funcionando como núcleo de predicado, não têm uma estrutura temática em sua entrada lexical: "atribuem", opcionalmente, os papéis temáticos "tema" ou "locativo"<sup>10</sup>;

f. a realização estrutural canônica de "locativo" é uma mini-orção (Small Clause) que tem como núcleo uma preposição; deve-se considerar, no entanto, o fato de as línguas possuírem "pro-formas" que podem substituir tais mini-orções preposicionais.

A partir de (10), propomos, para (8), a seguinte representação em Estrutura-P e Estrutura-S:



b. The actor<sub>i</sub> is [<sub>p'</sub> [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>p'</sub> in the room ] ].

Note-se que a diferença de interpretação entre os dois tipos de orações, as de (7) e de (8), a que nos referimos acima, é obtida, em nossa proposta, sem nenhum custo adicional. O verbo *be* s-seleciona em (7) e (8) uma proposição, que tem nas mini-orções nominais [caso de (7)] e preposicionais [caso de (8)] duas de suas possíveis realizações estruturais canônicas. Nos dois casos, temos uma mini-orção preposicional no complemento do verbo *be*: em (7) ela é licenciada por uma propriedade dos predicados nominais [-V], que podem s-selecionar proposições locativas; no caso de (8), a mini-orção preposicional é diretamente licenciada pelo verbo *be*, que, s-selecionando uma proposição, pode ter como complemento uma mini-orção “locativa”.<sup>11</sup> A diferença entre (7) e (8) se reduz, praticamente, à diferença entre os dois sujeitos das mini-orções: à diferença entre ‘*there*’ e ‘*the actor*’.

Observe-se ainda que a mesma análise apresentada para (7) e (8) explica a oração (2)a., que terá a EP (12)a. e a ES (12)b., respectivamente:

(2) a. The boy is a poet.

(12) a. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> e ] INFL [<sub>VP</sub> be [<sub>DP</sub> e [<sub>D'</sub> [<sub>D</sub> e ] [<sub>N'</sub> a poet [<sub>DP</sub> the boy ]]]]]].

b. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> The boy<sub>i</sub> ] [<sub>VP</sub> is [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub> [<sub>D'</sub> [<sub>D</sub> e ] [<sub>N'</sub> a poet [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub> ]]]]]].

A diferença de (2)a. em relação a (7)a - (8) reduz-se ao fato de o predicado nominal da mini-orção, em (2)a., atribuir o papel temático ‘Tema’ a seu objeto.

#### 4.2 Francês

No Inglês, o uso do verbo ‘*be*’ nas existenciais torna mais evidente a natureza predicativa de seu complemento, o que não acontece em outras línguas em que se utiliza a contraparte do verbo ‘*be*’, ‘*have*’ [‘*haber*’, no Espanhol, ‘*y avoir*’ no Francês, ‘*ter*’ ou ‘*haver*’ no Português]. Assim, em tais orações o estatuto de predicado do complemento, que manifesta a ED, não é tão evidente.



expletivo, tem de se articular com o Clítico Adverbial [y] para realizar as duas tarefas efetuadas por [there]: na construção de (15)b., o clítico “Locativo” [y] marca a presença de um papel temático,<sup>14</sup> enquanto o [il] garante a visibilidade da Cadeia, tendo nela sido inserido apenas para a realização de Caso; e, (iii) diferente mente de ‘there’, é um clítico.<sup>15</sup>

Os fenômenos a que se alude com (15)b. são responsáveis pelo fato de, nas apresentativas do Francês, a concordância não se dar com os “sujeitos” das mini-orações pós-verbais: é o expletivo [il] que determina a concordância da cópula; o clítico adverbial [y], embora participe de maneira crucial da Cadeia Nominativa que licencia os “sujeitos” das referidas mini-orações, não interfere na concordância verbal, talvez pelo fato de os adverbiais não operarem com os traços de número. As coisas passam-se diferentemente no inglês: o [there] não é um expletivo; rege por antecedência e liga um t sujeito de uma mini-orção nominal, cujo predicado é o elemento determinante da concordância na Cadeia de que participa seu sujeito; e, além disso, está na cabeça da Cadeia que licencia os “sujeitos” das mini-orações pós-verbais, posição determinante no estabelecimento da concordância entre os elementos de uma Cadeia Temática.

A explicação de Borer para a concordância nas construções inacusativas em Francês tem a ver com Caso. O nominal pós-verbal não poderia concordar com o verbo por ser Acusativo. A autora reforça seus argumentos mostrando que em Espanhol o clítico acusativo pode ocorrer com o existencial ‘haber’, como acontece, aliás, também no Português:

- (17) a. Hay montañas en Sudamérica.  
 b. Montañas bonitas, las hay en Sudamérica.
- (18) a. Há montanhas na América do Sul.  
 b. Montanhas bonitas, há-as na América do Sul.

Pode-se mostrar, no entanto, que fenômenos do tipo evidenciado por (17)b. e (18)b., antes de serem contra-exemplos para nossa análise, podem ser tomados como argumento a favor dela.

Note-se que a correferência através de um pronome clítico acusativo não é prerrogativa de DPs referenciais objetos, podendo ocorrer como uma pro-forma [+N] de uma proposição, como em (19)b. ou (20)b:

- (19) a. - Fernanda disse que Maria viajou?

- b. - Disse-o [o = que Maria viajou]
- (20) a. - Pensei que você era calmo.
- b. - Não. Não o sou [o = pro calmo]

Isto quer dizer que a ocorrência de um clítico acusativo não pode ser tomada como um argumento crucial para mostrar que se tem referência a um nominal. Em (19) e (20) temos o clítico ‘o’ referindo-se claramente a proposições, realizadas, respectivamente, como uma oração ou como uma mini-oração. Isto fica mais evidente em (21), abaixo, em que temos um dos chamados “verbos de marcação excepcional de Caso”. Como mostra o contraste (21)b/(21)c., o clítico deve aparecer como não-marcado em relação à concordância, evidenciando sua referência à mini-oração [*as montanhas bonitas*] e não ao nominal [*as montanhas*]; situação que se inverte em (21)d., em que, pela marcação excepcional de Caso, a referência ao nominal [*as montanhas*] é licenciada, mas dentro da mini-oração [*as bonitas*]:

- (21) a. - Margô acha as montanhas bonitas?
- b. - Acha-o [o = as montanhas bonitas]
- c. - \*Acha-as
- d. - Acha-as bonitas.

Mais uma evidência de que em (18)b. o clítico refere-se a um constituinte predicativo, ou a uma Mini-oração, como postulamos, pode ser obtida na comparação de (18)b. com os dados de (22):

- (18) b. Montanhas bonitas, há-as na América do Sul.
- (22) a. \*As/estas montanhas bonitas, há-as na América do Sul.
- b. Estas montanhas bonitas, fotografei-as na América do Sul.
- c. \*Montanhas bonitas, fotografei-as na América do Sul.
- d. \*Montanha bonita, fotografei-a na América do Sul.

Note-se que, diferentemente de verbos como ‘fotografar’, que selecionam DPs referenciais, os verbos das existenciais, como ‘haver’, s-selecionam “proposições”, que têm como uma de suas realizações canônicas DPs não-saturados, DPs predicativos, que, conseqüentemente, manifestam a DE. Ora, nos constituintes deslocados que encabeçam as orações de (22), temos um contraste entre DPs referenciais e DPs predicativos: os primeiros satisfazem à s-seleção do verbo ‘fotografar’, e os segundos, à do verbo ‘haver’, mas não o contrário. Isto mostra que o constituinte que encabeça





- (29) a. O Det é não-marcado e o N é marcado (Inglês);  
 b. O Det é marcado e o N é não-marcado (Francês);  
 c. O Det e o N, ambos, são marcados (Espanhol).
- (30) a. The boys  
 b. Les garçon(s) silent (s)  
 c. Los niños

No Português do Brasil temos uma variação entre a e b:

- (31) a. Os menino (= Francês)  
 b. Os meninos (= Espanhol)  
 c. \*O meninos (= Inglês)

o que se correlaciona com:

- (31) a. Existe esses problema  
 b. Existem esses problemas.

Podemos constatar uma regularidade inter e intralingüística na concordância entre o Det o o N e na concordância entre o V inacusativo e seu complemento. O V concorda com o núcleo de N e não com o núcleo de Det.

Aparentemente este fenômeno é independente do fato de o Locativo Sujeito ser ou não clítico nas línguas. Mas gostaríamos de sustentar que o comportamento de tal concordância tem também a ver com o fato de o Determinante ser, ou não, clítico e que a ocorrência de um Clítico Locativo Sujeito se correlaciona com o estatuto clítico do Determinante.

Assumindo que o traço de 'número' é um traço de DP e que tal traço percola para Det, seu núcleo, postulamos que se este Det é um clítico numa determinada língua, afixando-se ao N, ele se tornará, por si, a manifestação de Número, havendo a possibilidade de se dispensar a afixação da marca de plural ao nome. Assumimos também que, semelhante a there, o artigo em Inglês não é um clítico e, conseqüentemente, força o N a manifestar o traço de plural por afixação, por razões de referenciação.

Ora, se esta nossa hipótese se sustenta, podemos correlacionar o contraste supralingüístico na concordância das orações existenciais à possibilidade da ocorrência, nas línguas, de "sujeitos" locativos clíticos e de determinantes clíticos. O Português do Brasil está perdendo seus clíticos

verbais, mas parece que, no que concerne aos pronomes sujeitos e determinantes, esta língua trabalha ainda, e de maneira produtiva, com as duas alternativas, cliticização, ou não.<sup>19</sup>

## 5 - O ESTATUTO FUNCIONAL DO NOMINAL PÓS-VERBAL DOS INACUSATIVOS

### 5.1 Sujeito Locativo e os verbos inacusativos

Torrego (1989) discute um tipo de estruturas “do espanhol e de outras línguas românicas” nas quais alguns verbos inergativos recebem um “argumento extra”, passando a comportar-se como verbos da classe dos inacusativos “sob condições sintáticas e semânticas específicas”. Ela exemplifica este fenômeno com dados do seguinte tipo:

- (32) a. Han leído libros
- b. Han pasado camiones
- c. Crecen flores
- (33) a. \*Han dormido animales
- b. \*Anidan cigueñas
- (34) a. \*(Aquí) han dormido animales
- b. \*(En este parque) juegan niños
- c. \*(En este árbol) anidan cigueñas.

Segundo a autora, o contraste entre (32) e (33) mostra que, em espanhol, contrariamente ao que acontece com os verbos acusativos e inacusativos, os verbos inergativos não aceitam DPs plurais sem determinantes (bare plurals) na posição pós-verbal. No entanto, como mostra (34), tais verbos passam a se comportar como inacusativos, quando precedidos por um locativo. Estes dados levam Torrego à conclusão de que “os locativos têm papel fundamental na passagem de certos inergativos para a classe dos inacusativos”, fenômeno que constitui o objeto de seu estudo.

Torrego sustenta que os locativos envolvidos no licenciamento de construções inacusativas comportam-se como argumentos “externos”,<sup>20</sup> “sujeitos” de predicções, devendo ocorrer na posição pré-verbal e serem específicos:<sup>21</sup>

- (35) a. ? ? Han dormido animales aquí  
 b. \* Juegan niños en este parque  
 c. ? ? Han anidado cingueñas en este árbol
- (36) a. \*En ninguna habitación juegan niños  
 b. \*En cuevas duermen animales  
 c. \* En un árbol anidarán cigueñas

Além destas duas restrições sobre tais locativos, que explicariam o contraste entre (34) e (35) bem como a anomalia das estruturas de (36), Torrego aponta uma terceira: os sintagmas locativos devem ocorrer em posição marcada por Caso:

- (37) a. En este jardín parecen [e crecer muchas orquídeas]  
 b. \*Parecen [en este jardín crecer muchas orquídeas]
- (38) a. En esta escuela parecen [e estudiar adultos]  
 b. \*Parecen [en esta escuela estudiar adultos]

Baseando-se nestes fatos, a autora conclui que:

(39) a. os verbos de (34) [ (5), no texto citado] atendem ao critério de inacusatividade através de um argumento locativo que deve ser lexicamente realizado;

b. sentenças do tipo de (34) realizam de maneira manifesta uma relação de predicação que é subentendida nas sentenças com verbos acusativos canônicos;

c. os verbos inacusativos propriamente ditos devem ter um argumento locativo subentendido, correspondente ao sujeito locativo manifesto dos verbos de (34).<sup>22</sup>

Interessam-nos aqui estas conclusões a respeito do papel dos locativos nas construções inacusativas. Na primeira versão desse nosso trabalho em 1990 (cf. nota 1), quando não tínhamos conhecimento do texto de Torrego, sustentamos, em relação aos inacusativos, uma hipótese semelhante à formulada em (39)c., cuja forma de implementação, no entanto, diferia da adotada pela autora. Ao considerar, aqui, o trabalho de Torrego, vamos argumentar a favor de nossa proposta inicial, pelas razões que se seguem.

Com a suposição (39)c., Torrego vê-se diante da necessidade de reexaminar a especificação da estrutura temática dos verbos, para explicar

a atribuição de um “argumento extra” aos inergativos que, seguindo Davidson (1966), ela chama de Argumento-d.<sup>23</sup> Sua proposta é a de que os Verbos sejam classificados segundo a matriz (40), abaixo, em função de atribuírem, ou não, papéis temáticos e de poderem, ou não, constituir predicados com Argumento-D:<sup>24</sup>

- (40)      a. [ + theta assigner, +d - assigner ]  
             b. [ + theta assigner, -d - assigner ]  
             c. [ - theta assigner, -d - assigner ]  
             d. [ - theta assigner, +d - assigner ]

Para Torrego, os verbos se distribuiriam nesta matriz “em função da natureza dos papéis temáticos que atribuem e da natureza de seus argumentos-d”. A autora não dá maiores especificações a respeito da operacionalização de (40). Não fica claro, por exemplo, como as duas classes de verbos envolvidas no fenômeno que ela estuda se distribuiriam com relação a (40): os inacusativos, como dá a entender a autora (cf. nota 22), pertenceriam à classe (40)b., não atribuindo Argumento-d, mas atribuindo um papel- $\theta$  externo locativo? Os inergativos pertenceriam à classe descrita em (40)a.<sup>25</sup>

A nosso ver, no entanto, o problema mais sério não é este, mas o de como integrar a solução proposta pela autora no quadro de uma teoria mais geral da representação lexical<sup>26</sup>, que explicita o papel de (40) na interrelação entre léxico e sintaxe. É no domínio desta interrelação que se evidencia a necessidade de se especificar a maneira como se articulam os dois tipos de informação codificados em (40), o que é problemático. Observe-se, por exemplo, que a coluna da direita em (40) introduz na matriz lexical uma informação que resulta da projeção definida pela própria matriz lexical: pelo Princípio de Projeção, os predicados se constituem a partir da estrutura temática codificada na matriz lexical inserida em seus núcleos, e a informação relativa aos Argumentos-d em (40), elemento constituinte de tal matriz lexical, informa sobre estruturas de predicados resultantes da inserção lexical.<sup>27</sup> Em outras palavras, temos uma situação em que o Princípio de Projeção é alimentado com informações que só são obtidas em seu output.

O problema com o Princípio de Projeção que levou Torrego à circularidade de (40) não se circunscreve ao fenômeno por ela abordado. Considere-se, por exemplo, o caso da atribuição dos papéis temáticos nos complementos de verbos do tipo de *‘julgar’*, *‘considerar’*, etc., em orações do tipo de (41):

- (41) a. Ele considera [Maria triste]  
 b. Ele considera [Maria (uma) criança]  
 c. Ele considera [Maria de bom caráter]  
 d. \*Ele considera [Maria esta criança]  
 e. \*Ele considera [Maria do bom caráter]

No caso de (41)a., assume-se geralmente que Adjetivo “triste” tem uma matriz temática, sobre a qual atua o Princípio de Projeção, possibilitando a atribuição de um papel temático ao sujeito da mini-oração complemento de ‘considerar’. As coisas se complicam, no entanto, quando temos de explicar dados do tipo de (41)b-c., em que temos DPs e PPs predicativos. Mesmo em análises que postulam DPs e PPs como possíveis predicados em Forma Lógica, não se explicita o papel do Princípio de Projeção na constituição de tais constituintes como predicativos: eles não são gerados a partir de núcleos, Nomes ou Preposições, em cujas matrizes lexicais se codifiquem estruturas temáticas.<sup>28</sup> De uma maneira geral, tais predicados são identificados e caracterizados por sua configuração sintática em Estrutura-S, através da dicotomia “constituintes saturados/não-saturados”.

Esta dicotomia, que vem sendo utilizada na literatura para distinguir “predicados” de “argumentos”, remete ora a constituintes da Estrutura-P, referindo-se geralmente ao próprio processo de atribuição de papéis temáticos, ora a constituintes de Estrutura-S, remetendo a projeções máximas que contêm uma posição argumental não preenchida lexicalmente. Este procedimento introduz na discussão dois tipos de predicação: uma predicação tematicamente definida, em EP, e uma predicação configuracionalmente definida, em ES. Os chamados DPs predicativos são encaixados nesse segundo caso, não se falando em atribuição de papéis temáticos pelos Nomes.<sup>29</sup> Em relação às predicações tematicamente definidas, faz-se ainda uma distinção entre predicações primárias e secundárias. Nestas, o predicado, cujo núcleo é portador de uma matriz temática, é licenciado, sob condições determinadas em ES, por um argumento que já é portador de um papel temático.<sup>30</sup>

Para considerar o fenômeno da alternância inergativos/inacusativos, interessa-nos focalizar, aqui, predicados cujo licenciamento, no que diz respeito à distribuição dos papéis temáticos, depende essencialmente de configurações sintáticas estabelecidas em ES, como é o caso dos predicados secundários e do complemento de (41)b., analisado por Rothstein (1983) como um Predicado Primário.<sup>31</sup>

O licenciamento do complemento de (41)b. coloca problemas semelhantes ao dos predicados com “sujeitos locativos” de Torrego.

Tendo em mente o contraste entre (41)b-c. e (41)d-e., comparem-se, por exemplo, os dados de (42) com os de (43), abaixo:

- (42) a. \*[Ele considera [ e criança]]  
 b. [João considera [aqui quente]]  
 c. \*[e dorme [ e morcego]]
- (43) a. Ele considera [Jô criança]  
 b. \*[ e dorme [aqui morcego]]<sup>32</sup>  
 c. Aqui<sub>i</sub> dorme [ e<sub>i</sub> morcego]

Note-se que o complemento do verbo ‘*considerar*’ e o constituinte posposto ao verbo ‘*dormir*’ se submetem às mesmas restrições, ambos exigindo a presença de um “sujeito” lexical numa posição marcada por caso.<sup>33</sup> Em outras palavras, o contraste entre (42)a. e (43)a., ao lado do contraste entre (41)b-c. e (41)d-e., nos coloca o mesmo problema que levou Torrego à circularidade de (40): a necessidade de se contar com informações fornecidas por configurações específicas de ES, para se determinar a distribuição dos papéis temáticos numa determinada estrutura.<sup>34</sup>

Interessantemente esse problema é da mesma natureza daquele levantado pelos dados exemplificados em (7) e (8), aqui repetidos:

- (7) a. There is an actor in the room.  
 b. \*There is the actor in the room  
 c. There is the actor whose name appeared in the headlines yesterday.  
 d. There are the following actors: Woody Allen, Michael Cain, Sean Connery and Richard Hurt.

(8) The actor is in the room.

Nos dados de (7) e (8) temos também uma distribuição de papéis temáticos dependente de informações relativas a configurações estabelecidas em ES: em (7) temos, nos constituintes pós-verbais, predicados constituídos em ES, cujo licenciamento exige uma explicação em termos da Teoria dos Papéis temáticos; no contraste entre (7)a. e (8), além da oposição “*an actor/ the actor*”, temos a alternância entre ‘there’ e ‘the actor’, acima descrita através da alternância entre os papéis temáticos ‘Tema’ e ‘Locativo’.

Note-se que foi este tipo de fenômeno que nos levou a postular (10)e., que repetimos abaixo:

(10) (e) contrariamente a A e V (categorias [ + V ]), os Ns que são [ - V], mesmo funcionando como núcleo de predicado, não têm uma estrutura temática em sua entrada lexical: “atribuem”, opcionalmente, os papéis temáticos “tema” ou “locativo”;

É fácil constatar, no entanto, que (10) e. incorre na mesma circularidade que criticamos na solução (40) de Torrego: para que os Nomes possam atribuir, ou não, os papéis temáticos de “tema” ou “locativo”, eles precisariam de informações que só são dadas por configurações estabelecidas em ES.<sup>35</sup> Nossa primeira solução, (10)d-e., deve, portanto, ser revista. É o que faremos a seguir.

## 5.2 Papéis Temáticos, DPs Predicativos e Inacusativos

Considerem-se as Estruturas-S (9)b., (11)b. e (12)b., que associamos, respectivamente, às orações (7)a., (8) e (2)a.:

(9) b. [ <sub>IP</sub> There <sub>i</sub> [ is [ <sub>DP</sub> [ t <sub>i</sub> ] [ <sub>D</sub> e ] [ <sub>N'</sub> an actor [ <sub>P</sub> t <sub>i</sub> [ <sub>P</sub> in the room ] ] ] ] ] .

(11) b. The actor<sub>i</sub> is [ <sub>P</sub> [ <sub>DP</sub> t <sub>i</sub> ] [ <sub>P</sub> in the room ] ] .

(12) b. [ <sub>IP</sub> [ <sub>DP</sub> The boy <sub>i</sub> ] [ <sub>VP</sub> is [ <sub>DP</sub> t <sub>i</sub> [ <sub>D</sub> [ <sub>D</sub> e ] [ <sub>N'</sub> a poet [ <sub>DP</sub> t <sub>i</sub> ] ] ] ] ] ] .

Em (9)b. e (12)b. os nome ‘actor’ e ‘poet’ aparecem como núcleos de predicados, atribuindo, segundo nossa análise, os papéis temáticos ‘Locativo’ e ‘Tema’, respectivamente. Em (11)b. o Nome ‘actor’, como ‘boy’ em (12) b. , já aparece como núcleo de um DP que funciona como um argumento, recebendo, portanto, um papel temático. Concorde-se, ou não, com a análise que adotamos, não há como negar o fato de os Nomes poderem funcionar como ‘Predicados’ ou como ‘Argumentos’; E isto não é uma propriedade específica de Nomes como ‘actor’ e ‘poet’ , que alguém poderia considerar como um tipo de deverbais. Excetuando, talvez, os Nomes Próprios, qualquer nome pode ocorrer numa estrutura predicativa, como acontece com ‘mesa’ em (44), abaixo:<sup>36</sup>

(44) a. Isto é (uma) mesa/triste/de ouro.

b. Pablo considera [isto (uma) mesa/triste/de ouro]

Esses dois usos dos Nomes têm, no que concerne ao Princípio de Projeção, motivado soluções do tipo da de Rothstein (1983) que, valendo-se da dicotomia “constituente saturado/não-saturado”, postula, em ES, um Princípio responsável pelo licenciamento de predicções, ou do tipo da que aventamos em (10), acima, a ser reformulada. A partir de (10), vamos, sem entrar em detalhes, propor um outro tipo de solução que pretendemos estender aos verbos inacusativos.

Na literatura, encontramos alusões aos dois referidos “usos” dos Nomes através das categorias descritivas “*DPs referenciais/DPs Predicativos, ou Atributivos*”. Cremos que essa classificação, que permanece um artefato puramente descritivo, merece ser explorada, no sentido de se procurar derivá-la de mecanismos de natureza explicativa. Suponhamos que a “referenciação” resulte da atuação de mecanismos específicos da Sintaxe que atuam sobre entradas lexicais, que são, por definição, “predicativas”.<sup>37</sup> Em outras palavras, concedamos que:

- (45) a. ser, ou não, referencial é uma propriedade do DP, e não dos Nomes (ou NPs);
- b. as entradas lexicais que ocupam os núcleos dos N ‘s (ou NPs) são elementos predicativos, da mesma natureza dos verbos, adjetivos e preposições;<sup>38</sup>
- c. o processo de referenciação resulta da atuação das Categorias Funcionais<sup>39</sup> do D(eterminante), no caso dos Nomes,
- d. se um DP é construído como referencial, realiza, necessariamente, um Papel- $\theta$ <sup>40</sup>

As hipóteses de (45) podem ser especificadas através das proposições esboçadas em (46):

- (46) a. as entradas lexicais não se distinguem categorialmente [decorrência de (45) a-b.]
- b. a distinção categorial dos itens lexicais não é efetiva da *no e pelo* Léxico, mas na Sintaxe, pelas Categorias Funcionais e seu modo de operação, fornecidos pela Gramática Universal [decorrência de (45) a/c.];
- c. a denominada estrutura (ou grade) temática não é uma propriedade de um determinado item lexical, mas de uma configuração estrutural de ES que o especifica [uma versão mais generalizada de (45)d.].

A operacionalização de (45) - (46)<sup>41</sup> supõe a determinação da forma que deve tomar uma entrada lexical. Propomos que, no que concerne às informações relevantes para a computação gramatical, ela seja constituída apenas de uma Matriz Fonológica associada a um “*Constituinte Conceitual*”, a uma “Função” fornecida pela “*Estrutura Conceitual*”.<sup>42</sup> No caso da construção dos Nomes, hipotetizamos que é suficiente informar que se trata de uma [ENTIDADE].<sup>43</sup> Uma entrada lexical X (ou sua projeção) cognitivamente instituída como uma [ENTIDADE] irá funcionar, na Sintaxe, como um Predicado ou como um Argumento, dependendo do lugar em que for inserida.<sup>44</sup> Se for inserida sob o domínio da Categoria Funcional D lexicalmente realizada, será “referencializada” como um Argumento. Se isto não ocorrer, será construída como um Predicado, devendo “referencializar-se”<sup>45</sup> através do licenciamento de um Argumento, um “Tema” ou um “Locativo”<sup>46</sup>, licenciando necessariamente, em ES, um Sujeito.<sup>47</sup>

É claro que a operacionalização desta proposta pressupõe o desenvolvimento de uma Teoria sobre o modo de operar da mente na construção da Estrutura Conceitual, uma Teoria que nos dê, no mínimo, um inventário dos primitivos semânticos e dos princípios utilizados em sua combinação. Para o que nos interessa, aqui, apresentar uma hipótese de tratamento da inacusatividade, vamos nos utilizar, de maneira especulativa, evidentemente, de algumas das Categorias (ou funções) propostas por Jackendoff (1983): [EVENTO], [ESTADO], [AÇÃO], [LUGAR] e [DIREÇÃO].<sup>48</sup> Por uma questão de espaço, vamos também, sem maiores especificações, nos valer, descritivamente, das seguintes observações de Jackendoff:

- (47) a. “... a major division in the class of spatial sentences, already alluded to in chapter 4, is between those that express [EVENTS] and those that express [STATES]”. (p. 170).
- b. “... temporal expressions define a one-dimensional “pseudo-space”, the well-known time-line. It is not [THINGS] that are located in time, but [EVENTS] and [STATES]”. (p. 189)
- c. “... notice that sentences that express [ACTIONS] are a subset of those that express [EVENTS]”. (P. 179)

A partir de (47), o que hipotetizamos é que:

- (48) a. a construção da Inacusatividade se dá a partir de entradas lexicais marcadas pelas funções [EVENTO] ou [ESTADO];<sup>49</sup>
- b. a computação de uma entrada lexical marcada [EVENTO] ou [ESTADO] implica na construção de um predicado sintático que a “referencialize” (ou instancie), localizando-a necessariamente sob o escopo de um único Tema, que pode associar-se a um espaço;
- c. a “localização” de um evento denotado por uma entrada lexical eventiva (não marcada [+AÇÃO]) realiza-se pela sua associação ou a um complemento predicativo locativo, ou a um complemento referencializado, um DP, que realize a função temática ‘Tema’;<sup>50</sup>
- d. as entradas “eventivas”, mas não as “estativas”, podem ser subespecificadas com a função [ACTION];

Em outras palavras, o que queremos dizer com (48) é que:

- (49) a. nas construções de verbos estativos temos sempre estruturas inacusativas: (48)d.;
- b. na construção de verbos eventivos, podemos ter estruturas inacusativas e não inacusativas: (48)d.;<sup>51</sup>
- c. o constituinte pós-verbal das sentenças inacusativas eventivas, sejam Predicados, ou DPs que realizem o Papel- $\theta$  ‘Tema’, terá uma natureza “Locativa”<sup>52</sup>: (48)c.

Este tipo de tratamento da inacusatividade, contruída em ES, como um epifenômeno, ao lado de outras “construções” como as passivas, as sentenças de alçamento, etc. vem, a nosso ver, dar um sentido unívoco ao termo “inacusativo”. Observa-se que, na literatura, este termo é utilizado, de maneira não-unívoca, ora aplicando-se a itens lexicais, como a “verbos” e “adjetivos”, ora a construções sintáticas típicas de ES: as construções passivas, certas construções com “se”, alternâncias típicas das chamadas construções com “*verbos de troca de estado*”, como a exemplificada em (50):<sup>53</sup>

- (50) a. Afundaram(-se) vários navios no Mar do Norte.
- b. Vários navios afundaram no Mar do Norte.
- c. Os adversários afundaram vários navios no Mar do Norte.

Nos termos de (47)-(48), as alternâncias do tipo de (50), como as do tipo estudado por Torrego entre “verbos inergativos e inacusativos” decorreriam apenas da possibilidade de o “Constituinte Conceitual” componente da entrada lexical sobre que se constroem os respectivos verbos poder ser subespecificado com a função [ACTION].

Note-se que, com esta proposta relativa à construção dos “DPs *Predicativos/Referenciais*” e das “*Construções Inacusativas*”, estamos descartando o Princípio de Projeção e assumindo que a distribuição dos Papéis Temáticos em argumentos internos e/ou externos (bem como a formação dos diversos tipos de Predicação) é estabelecida, ou derivada, na ES. O Princípio de Projeção é simplesmente substituído pelo mecanismo responsável pela inserção lexical. Insistimos em que esta derivação dos papéis temáticos da atuação das Categorias Funcionais sobre constituintes conceituais, “scripts” ou “frames” fornecidos pelo módulo cognitivo através das entradas lexicais<sup>54</sup> deve ser detalhada. Por uma questão de espaço, não nos ocuparemos desta tarefa neste trabalho.

### 5.3 O estatuto do constituinte pós-verbal dos inacusativos

Com a proposta esboçada acima, procurando fugir da circularidade de soluções do tipo de (10) e (40), buscamos uma explicação não só para os “dois usos dos Nomes” exemplificados em (9), (11)-(12) e (41), como também para os “dois usos” dos verbos inergativos de que trata Torrego. Pretendemos também, com a solução aventada, ter sugerido uma análise que representa uma solução mais geral para o fenômeno na “inacusatividade”.

Na perspectiva das suposições de (45)-(49) os chamados verbos inacusativos, quando tomam como complemento um XP predicativo se comportam de maneira semelhante ao existencial *be*, recebendo as construções de que participam uma análise em tudo semelhante à proposta para as existenciais na seção 4., acima.

#### 5.3.1 Inglês

Assim, a Estrutura-P e a Estrutura-S de (4)a., repetida abaixo, serão, respectivamente, (51)a. e (51)b.:

- (4) a. There arrived a letter.



instalação de movimento. Os verbos inacusativos, portanto, construir-se-ão ou com DPs predicativos ou com DPs referenciais.

### 5.3.2 Português

Tendo postulado um expletivo Locativo Nulo para as línguas de sujeito nulo, podemos propor para o Português a mesma análise que propusemos para o Inglês. Assim, exemplos como (54)a. terão como EP e ES algo como (54)b. e (54)c., respectivamente:

- (54) a. Chegaram umas cartas.  
 b. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> e] INFL [<sub>VP</sub> chegar [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> Loc.  $\theta$ ] [<sub>D'</sub> [e] [<sub>N'</sub> umas cartas ] ] ] ] ]  
 c. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> Loc.  $\theta_i$  ] chegaram [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub> ] [<sub>D'</sub> [<sub>D</sub> e ] [<sub>N'</sub> umas cartas] ] ] ] ]

A concordância verbal com o complemento pós-nominal explica-se pelos mecanismos propostos para as existenciais com 'there' em Inglês. O Locativo- $\theta$  concorda com os predicativo D', que recebe seus traços de pessoa e número do nominal qualificado. O Locativo- $\theta$  move-se para receber caso por açamento.

Semelhantemente ao que acontece com as orações existenciais, (Cf. 4.3, acima), há no Português do Brasil uma forma variante sem concordância, caso em que, supomos, o Locativo- $\theta$  tem o estatuto de clítico, cliticizando-se a INFL. Não havendo nenhum elemento com que concordar na posição de sujeito, o verbo aparece na terceira pessoa do singular, uma forma que carrega apenas a flexão verbal:

- (55) a. Chegou umas cartas.  
 b. [ e INFL-Loc.  $\theta_i$  [chegou [ t<sub>i</sub> [umas cartas ] ] ] ]

Como acontece em outras línguas de sujeito nulo, o Português pode ter nominais definidos à direita de verbos inacusativos, o que indica que a posposição é possível mesmo quando temos DPs leves. Neste caso, a mesma variação de concordância pode ser encontrada:

- (56) a. Chegaram as cartas.  
 b. Chegou as cartas.

Se assumíssemos que este nominal é um DP, como fizemos no caso do Inglês, nós teríamos que explicar a sua ocorrência, geralmente tratada pelo processo de afixação na sintaxe (regra R), para dar conta do Caso Nominativo e da concordância em (56)a.

Note-se, no entanto, que as sentenças do tipo de (56) têm uma interpretação específica, próxima de “*O que chegou foram/foi as cartas*”. Tais sentenças têm uma realização fônica com acento típico de FOCO em “as cartas” (acento contrastivo). Por tudo isso, julgamos que elas devem ser tratadas como também tendo na posição pós-verbal uma “mini-oração” predicativa. Por uma questão de espaço não esboçaremos aqui uma análise para tais casos, deixando-os para um trabalho um trabalho que estamos preparando.

### 5.3.3 Francês

Propusemos, acima, para as existenciais e as inacusativas, do Inglês e do Português, um mesmo tipo de análise. No Francês, estes dois tipos de construção apresentam, à primeira vista, um problema para nossa análise. Sendo uma língua que não permite sujeitos nulos, deveríamos assumir que ela não possui Locativos nulos, mas um clítico locativo, análise proposta para as suas existenciais. Nas construções inacusativas do francês, no entanto, o referido expletivo não aparece:

(57) Il est arrivé trois garçons.

Este problema é apenas aparente. Na verdade, podemos dizer que as inacusativas do francês fornecem uma evidência a mais para a análise que propomos.

De acordo com as suposições de (48)b. e (49)c., a construção de um verbo inacusativo introduz na estrutura da oração uma predicação “Locativa” (localização no tempo ou no espaço), realizada através de uma configuração sujeito/predicado na posição pós-verbal, ou através de um DP com a função temática de ‘*Tema*’, nesta mesma posição, que, para receber Caso movimentar-se para a posição inicial de Sujeito. O que acontece é que, na configuração dessa “predicação locativa”, o francês utiliza, nas existenciais, o clítico locativo ‘*y*’ e, nas inacusativas, o auxiliar ‘*être*’. E, se levarmos em conta essa distribuição complementar<sup>53</sup> entre o auxiliar ‘*être*’ e o clítico locativo ‘*y*’, podemos manter o mesmo tipo de análise para os dois tipos de construção, fazendo corresponder a Cadeia (15)b., acima, à Cadeia (58):

(15) **b.** [ $\Pi_i, y_i, t_i, t_i$ ]

(58) [ $\text{pro}_i \Pi + \text{est}_i, t_i, t_i$ ]

A sentença (57) teria, então, uma ES do tipo da esboçada em (59):

(59) [ $_{\text{IP}} [_{\text{DP}} \text{pro}_i] [{}_i i] + \text{est}_i [_{\text{LVP}} [_{\text{DP}} t_i] [_{\text{V}} [_{\text{V}} \text{arriv-é}_i] [_{\text{DP}} t_i] [_{\text{N}} \text{trois garçons}]] ] ] ]$ .<sup>59</sup>

Esta função do auxiliar ‘*être*’, no francês, e ‘*essere*’, no italiano, licenciando um DP Nulo no interior do predicado já foi apontada por Burzio (1981) e Zubizarreta (1982). Esta autora adota uma regra de seleção do auxiliar, formulada por Burzio nos seguintes termos:

(60) “Burzio 1981 formulates the essere-selection rule in the following way:

“the Aux will be realized as essere when a binding relation exists between the subject and a nominal constituent of the predicate. An element is a constituent of the predicate if and only if:

1 - it is either part of the verb morphology [i.e. si] or

2 - it is governed by the verb” (p. 148).

[Zubizarreta, 1982:158]

Na verdade, (60) descreve (59), colocando sob uma mesma análise (61)a. e (61)b., um resultado que é interessante:

(61) **a.** [Paul<sub>i</sub> est arrivé t<sub>i</sub>]

**b.** [Paul<sub>i</sub> s’est blessé t<sub>i</sub>]

Um outro resultado interessante é que a configuração de (61)a., mais claramente do que sua contraparte no Inglês e no Português, faz corresponder as duas alternativas da pressuposição que adotamos em (48)b., relativamente à instanciação de um [EVENTO] ou [ESTADO], introduzida na estrutura sintática pela projeção de uma entrada lexical eventiva ou estativa: a introdução de um predicado “locativo” através de um “DP Tema”, para atender às exigências de Caso, resulta em ES na configuração sintática Sujeito/Predicado, que ativa o mecanismo usual da concordância entre Especificador e Núcleo, Antecedente e Categoria Ligada, etc.

Ressalte-se ainda que o papel do auxiliar, como um locativo, nas construções existenciais e inacusativas foi, de uma outra forma, destacado por Torrego, no seu trabalho que consideramos aqui:

- (62) “It is well-known that there is a semantic connection between locatives and existential sentences. Lyons (1977:390) writes: “In fact, the existential ‘be-copula’ does not normally occur in English without a locative or temporal complement; and it might appear reasonable to say that all existential sentences are at least implicitly locative (the term locative being taken to include both temporal and spatial reference)”. The well-established connection between locatives and existentials may be taken to be characteristic not just of existentials but of unaccusatives in general.” [op.cit. p. 259]

A análise unificada que aqui propomos para as existenciais e inacusativas evidencia o papel da interação dos Constituintes Conceituais [EVENTO] e [LOCALIZAÇÃO]<sup>60</sup> na construção das duas construções, a que, na verdade, aludem as observações de (39) e (62), acima.

## 6. PREDICADOS “DEFINIDOS”

Em análises usuais no domínio da Gramática Gerativa dá-se a entender que sempre que se tem um artigo definido tem-se um DP saturado e não um DP predicativo, ou uma mini-oração nominal; e que sempre que se tem um artigo indefinido tem-se necessariamente uma mini-oração nominal, com o nominal aparecendo como predicado. O chamado Efeito de Definitude foi longamente discutido em termos da presença, ou ausência, de um artigo definido. Temos, no entanto, casos em que o nominal definido introduz uma configuração de predicado:

- (63) a. Jack the Stripper is the hero in this film.

b. e INFL be [Jack the Stripper [the hero [in this film]]] em (63) “*the hero in this film*” é o predicado do XP predicativo complemento be, sendo licenciado, nos termos da análise aqui proposta, sem necessidade de ter Caso. O sujeito da predicação, ‘*Jack the Stripper*’ precisa de caso, e por isso sofre raising.

Note-se que, segundo nossa proposta, podemos ter “DPs saturados”(com o artigo definido) no complemento de be sempre que tais DPs constituírem um predicado, ou dele fizerem parte. O que define o complemento de be é simplesmente a propriedade de ser uma realização possível de uma “proposição” que, articulando-se com be, descreve um [ESTADO].<sup>61</sup> O mesmo acontece com o complemento predicativo dos verbos inacusativos, na descrição de um [EVENTO]:

- (4) c. There arrived the letter that everybody expected.  
 d. There arrived the following guests: the Ministry of Nigeria, the British Prime Minister, Pierre Cardin and Pelé.

Assim sendo, todo XP que definir uma predicação pode, em princípio, se constituir como um complemento de *be*, ou de qualquer outro verbo que se construa com complementos predicativos, como, por exemplo, 'consider':

- (3) a. Everybody considers the boy a poet.  
 b.\*Everybody considers the boy the poet.  
 c. Everybody considers the boy the best poet in the group.  
 d. Everybody considers the parthenon of the nation the following poets: Whitman, Frost, Pound and D. Thomas.

E isto explica por que as chamadas "*NPs pesadas*" são tão citadas na literatura como favorecendo a "posição do sujeito". Um exame dos casos citados iria nos mostrar que elas são, na sua maioria, XPs predicativos.

## 7. CONCLUSÃO

Neste trabalho, propusemo-nos reconsiderar as análises propostas, no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, para os constituintes pós-verbais dos verbos inacusativos, procurando uma resposta mais satisfatória para as três questões esboçadas em (1):

- (1) a. a possibilidade ou impossibilidade de atribuição de Caso a tais complementos;  
 b. seu estatuto funcional (objeto ou sujeito), e  
 c. sua restrição sobre a definitude.

Respondendo a (1)b., procuramos mostrar que tais constituintes devem ser analisados como construções predicativas, o que explica (1)c. e esvazia a questão (1) a.: a chamada "restrição sobre definitude" decorre do fato de eles serem predicativos, e como tais não receberem Caso.

Nossa proposta de análise apresenta certas especificidades que, no mínimo para serem discutidas, merecem, a nosso ver, ser destacadas. A primeira está no fato de ela se aplicar, sem nenhum custo adicional, a uma série de construções: às orações existenciais, às orações com verbos de alçamento,

aos complementos dos verbos do tipo de '*consider*', etc., todas construções que manifestam a chamada restrição de definitude.

Uma segunda especificidade da análise proposta traduz-se, a nosso ver, no fato de ela reduzir o fenômeno da "inacusatividade" a um epifenômeno, ao lado de outros como, por exemplo, a alternância ativas/passivas; as construções de alçamento; a alternância "verbos" inergativos/inacusativos (analisados por Torrego); a alternância orações acusativas/inacusativas com os chamados verbos de "troca de estado", e a alternância XPs referenciais/predicativos.

Uma terceira particularidade de nossa proposta evidencia-se no fato de ela colocar em questão o uso do conceito de "Restrição de Definitude", mostrando que este constructo teórico, ao se ligar à presença/ausência do artigo definido e elementos a ele correlatos, prejudica as análises que dele fazem uso, levando-as a não considerar várias formas de construções predicativas que evidenciaríamos aspectos importantes do fenômeno considerado.

Destacamos ainda uma última peculiaridade de nossa análise que, ainda numa dimensão um tanto especulativa, coloca uma questão a ser considerada mais detalhadamente: a proposta de se considerar a construção dos itens lexicais, e das relações temáticas, também como um epifenômeno resultante da computação sintática, substituindo-se o Princípio de Projeção por um mero mecanismo de inserção de entradas lexicais constituídas basicamente por primitivos de natureza predicativa, fornecidos pelo componente cognitivo, material sobre que trabalhariam as Categorias Funcionais, construídas em sua forma e função por relações e elementos aprioristicamente definidos pela GU. Uma questão cuja abordagem certamente levará a uma melhor especificação da interação léxico-gramática, com conseqüências interessantes para a Teoria.

## NOTAS

<sup>1</sup>A primeira versão deste trabalho foi apresentada no IEL/UNICAMP, num encontro da ANPOLL, em 1990. A configuração estrutural das sentenças não levou em conta, evidentemente, as propostas recentes de um módulo flexional mais complexo [AgrS, AgrO, etc.]. Embora a análise aqui apresentada possa ser discutida dentro dessa nova perspectiva, optamos por manter, neste aspecto, a configuração de sentenças então utilizadas.

<sup>2</sup>Kato e Tarallo (1988) sustentam que o Português Brasileiro está deixando de ser uma língua de sujeito nulo, e observam que as construções inacusativas são as mais resistentes a essa mudança.

<sup>3</sup>Optamos por manter, neste trabalho, as abreviações NP (Noun Phrase), VP (Verbal Phrase), AP (Adjective Phrase) etc. em vez de SN (Sintagma Nominal), SV (Sintagma Verbal), SA (Sintagma Adjetival), etc.

<sup>4</sup>Esta categorização, “NPs leves/pesados”, não tem nenhum estatuto na Teoria de Princípios e Parâmetros. Na seqüência deste trabalho pretendemos mostrar que os chamados NPs pesados são, na verdade, instâncias de DPs Predicativos.

<sup>5</sup>Adotaremos, a partir de (9), a hipótese segundo a qual o constituinte que vínhamos chamando de NP é, na verdade, um DP [Determiner Phrase]: cf. Abney (1986), Fukui (1986) e Speas (1986), Stowell (1989), entre outros.

<sup>6</sup>Para representar as Categorias Vazias na Estrutura Subjacente estamos utilizando o símbolo ‘e’, de “empty”. Para representar as Categorias Vazias que fazem parte de uma Cadeia em Estrutura-S, utilizamos “t”, de trace”, como em (9)b.

<sup>7</sup>Quanto à noção de s-seleção, ver Chomsky (1986, pp. 86ss.).

<sup>8</sup>Chomsky (1986:190) afirma: “In general, a verb selects a full clause C, not S; C, not S, is the normal canonical structural realization (CRS) of proposition.” Estamos, no entanto, enfatizando o sentido lógico de “proposição” e estamos admitindo que qualquer categoria lexical, que se projeta até o nível de X’, pode ser núcleo de predicados (cf. Fukui (1986), Stowell (1989)), definindo possíveis realizações canônicas de proposições. Assim, ao afirmar que um verbo s-seleciona proposição, estamos, em princípio, admitindo que ele pode ter como complemento qualquer XP. Isto não é verdade. Mas a exclusão de um ou outro tipo de XP do conjunto dos complementos de um verbo que s-seleciona uma proposição deve ser atribuída à interação de princípios da GU, e às diferenças entre as categorias sobre que tais princípios operam.

<sup>9</sup> Cf. Kato(1990). Neste trabalho, a autora utiliza o termo “*ergativo*”, para identificar o referido tipo de adjetivos, que, em EP, têm o nominal que selecionam a sua direita.

<sup>10</sup>Com a expressão “N que são [-V]” queremos chamar a atenção para a necessidade de distinguirmos Ns que não têm uma estrutura temática de Ns que podem tê-la: os deverbais.

<sup>11</sup>Relacione-se esta análise com as seguintes afirmações de Bollinger (1977): “The verb *be* is the locational and existential verb par excellence”. [p. 96]. “The common thread in all the uses of *there* is its original locative meaning –locative in the broadest sense of whatever in space and time can be seen as something ‘out there’ and more than an ephemeral event...” [p.120].

<sup>12</sup>Cf Kayne (1981), sobre as condições de participação de Clíticos do Francês em Cadeias Temáticas. C.f. também Chomsky (1986):184-6). Note-se ainda que, no caso (14)b./ (15)b., não estamos pressupondo que a formação de Cadeias se dê apenas por Movimento: estamos contando com a possibilidade de licenciamento de Cadeias sob o mecanismo da concordância entre elementos em posição-A' (no caso, entre um Clítico e Especificadores), sob a relação de Regência por Antecedência. Sobre este tipo de regência, cf. Lasnik & Saito, 1984.

<sup>13</sup>Ao dizer que ‘there’ é um locativo e realiza um papel temático, ficamos com a obrigação de especificar sua referência, determinar-lhe o sentido. Por uma questão de espaço, não abordaremos este problema aqui, remetendo o leitor ao Capítulo 5 de Bolinger (1977).

<sup>14</sup>Zubizarreta (1982:78) afirma: “Note that interestingly enough, the *il* of weather verbs and of *il y a* may appear as subject of these verbs, thus confirming their argument status”:

- (i)     **a.** Il menace/mérite de pleuvoir
- b.** Il promet de neiger.
- (ii)    **a.** Il menace/mérite d'y avoir beaucoup de gens.
- b.** Il promet d'y avoir plus d'hommes que de femmes.

Nós estamos afirmando que, na expressão “*il y a*”, é o pro-adverbial “*y*” que marca a realização do argumento (ou “quase argumento”), o “*il*” permanecendo como expletivo. Em (ii), acima, temos, a nosso ver, mais uma construção em que o “*il*” e “*y*” se articulam da maneira semelhante à descrita em (16)b., desta vez, numa estrutura de controle.

<sup>15</sup>O Francês distingue os pronomes clíticos de não-clíticos, produzindo contrastes do seguinte tipo:

- (i)     **a.** Il n'aurait pas fait ça.
- b.** Lui n'aurait pas fait ça.

A forma do sujeito de (i)b obriga a uma interpretação contrastiva que, por razões óbvias, não é possível com o expletivo.

É interessante notar que o expletivo 'il' das existenciais pode realizar-se como  $\theta$  no francês popular, produzindo a variação ' $\theta$  y a'/'il y a' (Cf. GREVISSE, M. (1980), item 1402, p.700. Quanto à clitização dos pronomes no Francês, ver Kayne (1977), cap. 2.

<sup>16</sup>Referimo-nos a "*um comportamento semelhante ao das orações completivas*" porque a recuperação, por clíticos, dos constituintes deslocados a partir da posição pós-verbal do verbo 'haver' tem uma especificidade que merecia uma análise mais detalhada: o clítico que recupera constituintes predicativos deslocados aparece, no português, na forma 'o', uma forma não-marcada com relação a gênero e número [cf. (20), (21) e (22)]. No entanto, nos exemplos (17)b, de Borer, e (18)b, o clítico concorda com o constituinte deslocado em gênero e número.

<sup>17</sup>Uma questão que surge é a de saber se a categoria vazia adverbial postulada não teria uma contraparte, lexicalizada, que ocorreria em exemplos como os de (i) e (ii), abaixo:

- (i)
  - a. Loc. $\theta$  Tem um homem na porta.
  - b. Lá tem um homem na porta.
  - c. Tem lá um homem na porta.
  - d. Tem um homem lá na porta.
  - e. Lá na porta, tem um homem.
- (ii)
  - a. Loc. $\theta$  Tem que comprar pão.
  - b. Aqui tem que comprar pão.

<sup>18</sup>É óbvio que estamos falando de um dos fatores envolvidos na explicação do fenômeno. Evidentemente, há vários outros fatores envolvidos no processamento do tipo de estruturas em questão, já apontados em vários estudos da concordância no português do Brasil. Considerem-se, por exemplo, NICOLAU, E. M. das D. (1984) e SHERRE, M.M.P. (1988).

<sup>19</sup>Uma evidência de que o português, mesmo com os Determinantes, utiliza as alternativas "clítico/não-clítico" pode ser, talvez, encontrada no fato de esta língua, contrariamente ao Francês, poder focalizar contrastivamente Determinantes:

- (i) Marco é O professor: não há turma ruim para ele.

O artigo sublinhado em (i) é realizado com acento-contrastivo, e leva à interpretação do constituinte ‘*o professor*’ como se fosse um superlativo: o professor por excelência, algo, às vezes, traduzido com a expressão “um SENHOR Professor”.

É interessante notar também que um item lexical que pode ser a contraparte do nosso ‘Loc.θ’, o ‘lá’, pode ocorrer cliticizado ao verbo: pelo menos em Minas, no dialeto popular, encontram-se frases do tipo

(ii) Lavai/Lavém um corrupto.

a seqüência “Lá + Verbo ir/vir” sendo utilizada de maneira um tanto generalizada, como se os verbos fossem “Lair”, “Lavir”.

<sup>20</sup>Argumento “externo” no sentido de Williams (1980).

<sup>21</sup>A autora chama a atenção para o fato de que estas orações devem ser realizadas com a entonação “não-marcada”, e observa que elas têm a interpretação típica de uma predicação, em que o VP atribui uma propriedade a um sujeito referencial. Torrego entende esta exigência de especificidade como exigência de referencialidade.

<sup>22</sup>Na verdade, Torrego estende (39)c. a todas as existenciais, ao afirmar: “It is well known that there is a semantic connection between locatives and existential sentences. Lyons (1977) (page 390) writes: “In fact, the ‘existential’ be-copula does not normally occur in English without a locative or temporal complement; and it might appear reasonable to say that all existential sentences are at least implicitly locative (the term locative being taken to include both temporal and spatial reference). The well-established connection between locatives and existentials may be taken to be characteristic not just of existentials but of unaccusatives in general” [op. cit. p.259]

<sup>23</sup>“Argument-d” por “d(avidsonian) - argument.

<sup>24</sup>“The proposal is then to incorporate in the lexical representation of each predicate appropriate information about the semantic nature of its d-argument” (op.cit.p.262).

<sup>25</sup>Na página 260 de seu trabalho, a autora afirma: “However, unaccusatives, for example, will belong in (12b)”. Já, à página 261, ela afirma: “Let us now focus on argument-taking verbs of the class (12a), to which presumably both unergatives and unaccusatives belong.” [(12) = (40), no nosso texto].

<sup>26</sup>A própria autora parece identificar este problema, quando afirma, na nota (20) de seu texto: “I will make no attempt to integrate my assumptions into theory of lexical representation.”

<sup>27</sup>“My basic concern here will be to consider the classes of verbs that arise in a system that assumes d-arguments for predicates.” (op.cit. p. 260)

<sup>28</sup>Não estamos falando, evidentemente, dos deverbais.

<sup>29</sup>A nosso conhecimento, apenas Williams(1981)e Ouhalla(1991) consideram a possibilidade de se incorporar às entradas lexicais dos Nomes a codificação de uma estrutura temática. Trata-se, no entanto, de soluções que nada acrescentam a nossa discussão aqui.

<sup>30</sup>Cf. Rothstein (1983).

<sup>31</sup>Enquadram-se neste mesmo tipo de fenômeno (a distribuição de papéis temáticos dependente de configurações sintáticas estabelecidas em ES) os “Predicados Adjuntos”de Zubizarreta (1982), analisados como “invisíveis ao Critério Temático”.

<sup>32</sup>Não confundir esta seqüência com orações do tipo de (i), abaixo, que têm uma interpretação constrativa:

(i) Dorme, aqui, MORCEGO (e não gente).

<sup>33</sup>Note-se que, contrariamente ao verbo ‘considerar’, o verbo ‘dormir’ não atribui Caso ao sujeito do seu complemento:

(i) Ele considera-o criança.

(ii) \*Dorme-o/aqui morcego.

<sup>34</sup>Em relação à distribuição de papéis temáticos, os verbos do tipo de ‘considerar, achar, julgar,’ etc. manifestam uma alternância que pode ser colocada ao lado daquela detectada por Torrego na classe dos inergativos:

(i) João não considera/acha/julga Mara burra

(ii) João não considera/acha/julga Maria

Por uma questão de espaço, não nos estenderemos sobre esse fenômeno aqui. Registre-se, no entanto, que, se não quisermos tratar tal fenômeno através de uma duplicação sistemática de entradas lexicais, estaremos outra vez diante do mesmo problema que estamos abordando, relativamente ao Princípio de Projeção.

<sup>35</sup>Tenha-se em mente que o que define um DP ou um PP como predicativos, nestas estruturas, são especificidades da ES, como, por exemplo: a ausência do Artigo Definido [cf. (7)a. versus (7)b.]; a presença de uma relativa [(7)c.], ou de um N encabeçando uma “lista”; etc. Se estes fenômenos são todos manifestações do chamado Efeito de Definitude, como quer

Nascimento (1984), pode-se dizer que tal efeito é um fenômeno típico de ES.

<sup>36</sup>Os Nomes próprios ocorrem depois do verbo em estruturas do tipo de  
(i) Meu amigo é Paulo.

Não estamos considerando a posição pós-verbal, nestas estruturas como um “contexto predicativo”. Este tipo de estrutura, em que os DPs são intercambiáveis, é analisado como “oração equativa” e deve, certamente, receber uma análise diferente da que está em questão aqui.

<sup>37</sup>Stowell (1989:248) já sugere esta idéia, sem contudo dela tirar as implicações com que pretendemos operar aqui: “Suppose now that nouns are truly pure predicative categories, like adjectives and verbs, contrary to the suggestion in 1. that they are simultaneously predicative and referential. Suppose further that determiners, quantifiers, and so on are referential categories, and that they, unlike nouns, are eligible to function as the heads of referential XPs. In other words, DPs, but not NPs, may function as referential arguments of other predicates”.

<sup>38</sup>Estamos nos referindo a preposições que tenham “conteúdo lexical”, e não a preposições que deveriam ser classificadas entre as categorias funcionais. Vamos referir-nos às Categorias Funcionais como sendo “*Categorias Referenciadoras*”, e não “*Categorias Referenciais*”.

<sup>39</sup>Referimo-nos, aqui, a “Categorias Funcionais”, em geral, e não apenas à Categoria Funcional D: pretendemos generalizar o papel das Categorias Funcionais na “referenciação” dos itens lexicais. Por exemplo, queremos explicar pela atuação do mesmo tipo de mecanismo o contraste entre a. e b, abaixo:

- (i) a. \*Eu lamentei briga/brigar  
b. Eu lamentei esta briga/que tivéssemos brigado/ter de brigar.

<sup>40</sup>Note-se que esta proposição ressalta o papel dos processos dêiticos na construção das estruturas sintáticas, uma idéia que se coaduna com a hipótese de que a Gramática[Língua - I] é um dos subsistemas do Sistema de *Desempenho Lingüístico*, [cf. Chomsky (1992)].

<sup>41</sup>Uma justificativa mais detalhada destas proposições encontra-se em Nascimento & Dillinger (a sair).

<sup>42</sup>Estamos pressupondo que para a constituição das entradas lexicais precisamos contar com uma contribuição específica do módulo cognitivo,

que pode ser explicitada, adotando-se as idéias básicas de Jackendoff (1983): “It is reasonable to make a simplifying assumption that, if true, places interesting constraints on the theory of mental processing:

*The Conceptual Structure Hypothesis*

There is a single level of mental representation, *conceptual structure*, at which linguistic, sensory, and motor information are compatible [pp.1617].

<sup>43</sup>Estamos chamando de [ENTIDADE] a categoria a que se refere Jackendoff (1983) com o termo [THING]. Esta categoria virá associada a um “conceito” que indique o tipo (“type”) de referência do Nome a ser, possivelmente, referencializado (contruído como um “token”) na sintaxe. Uma outra maneira de dizer isto: a Entrada Lexical utilizada, na Sintaxe, para a contrução dos Nomes, deve informar a respeito da “propriedade que define o conjunto” denotado. [cf. Kato(1974:116)].

<sup>44</sup>Poderíamos dizer: “dependendo da configuração em que for inserida”, entendendo por “configuração” uma possível articulação das Categorias Funcionais, estabelecida na estruturação da sentença.

<sup>45</sup>Estamos utilizando “referencializar-se” aqui no sentido de Jackendoff (1983), que observa: “After discussing #object# - perception, we will combine visual and linguistic evidence to show that reference in language must go beyond #objects#, to include a wide range of ontological categories such as #places#, #actions#, and #events#, and that the class of referring expressions includes not only NPs but also Ss, VPs, PPs, and AdvPs. (op.cit. p.41).

<sup>46</sup>Cf. (10) (e). Valendo-nos de uma expressão de Kato(1974), estamos dizendo que “um SN que expressa apenas as propriedades definitórias de um conjunto denotado” funciona como os adjetivos, podendo predicar de um indivíduo ou de um lugar: (i) *Este arroz está frio/Debaixo da mesa está frio.*

<sup>47</sup>Note-se que esta proposta pressupõe a adoção da hipótese de Rothstein (1983), segundo a qual a construção das predicções é um processo que se dá em ES.

<sup>48</sup>Respectivamente: [EVENT], [STATE], [ACTION], [PLACE], [DIRECTION].

<sup>49</sup>Apesar de estarmos considerando como “contruções inacusativas” constituintes nucleados por “Nomes” não referencializados como argumentos (os

DPs predicativos, contruídos a partir de entradas lexicais marcadas com a função [ENTIDADE] ), não incluímos tal função em (48)a.. Julgamos que [ENTIDADE] (e talvez, [PROPRIEDADE], outra função com que opera Jackendoff) deva ser vista como uma subespecificação de [ESTADO], algo paralelo a considerar [AÇÃO] uma subespecificação de [EVENTO]. Note-se, no entanto, que tais decisões refletem uma atitude apenas especulativa, ficando à espera de uma Teoria mais elaborada da interface “Estrutura Cognitiva/Sistema computacional da Sintaxe”. Quanto a contribuições para a elaboração deste tipo de Teoria, ver, além dos trabalhos de Jackendoff, o trabalho de Franchi, R.C.M. Whitaker (1989).

<sup>50</sup>Ao aproximar as duas noções, “*Instanciação de um evento/estado*” e “Função temática ‘*Tema*’, estamos, com Jackendoff (1983), tomando “*Tema*” no sentido de Gruber (1965): “In general, the thing whose motion or location is asserted is not always in subject position; hence we need a technical term for the NP that fulfills this semantic function. Following Gruber’s (1965) analysis, we will call the NP whose motion or location is asserted the *theme*. (p, 170).

<sup>51</sup>É evidente que não estamos afirmando que qualquer entrada lexical formalmente marcada [EVENTO] possa ocorrer, ou deixar de ocorrer, com a subespecificação [+AÇÃO]. A informação semântica associada à entrada lexical pode exigir, impedir ou permitir tal subespecificação. Ver em Torrego (1989) exemplos de verbos inergativos que não participam da alternância inergativo/inacusativo.

<sup>52</sup>Adotando Jackendoff (1983), entendemos “Locativo”, aqui, também como localização no tempo:

(10.3) Temporal field:

- a. [EVENTS] and [STATES] appear as theme.
- b. [TIMES] appear as reference object.
- c. Time of occurrence plays the role of location.

<sup>53</sup>Cf. Burzio(1981).

<sup>54</sup>Note-se que, ao nos referirmos à “derivação dos papéis temáticos a partir da atuação das Categorias Funcionais sobre estruturas conceituais, “scripts”ou “frames”fornecidos pelo módulo cognitivo através das entradas lexicais” estamos nos referindo a uma operação sintática condicionada sintático/semanticamente *na* e *pela* interface “Léxico/Gramática”.

<sup>55</sup>Estamos supondo, com Stowell (1989), que “Given that theta-marked (L-marked) XPs are transparent to government, any verb that governs and theta-marks DP should govern its subject position too, analogous to government across a theta-marked CP, IP, or small clause XP complement.”(p.241).

<sup>56</sup>Cf. Bolinger [1977: 90ss].

<sup>57</sup>Cf. (48)b, (49)c, bem como a nota 52. Em (53) temos a “instanciação” de um Evento, realizada por um DP com a função de ‘Tema’.

<sup>58</sup>Se levássemos em conta o que observa Grevisse no item 1402 de sua gramática, não deveríamos falar de “*distribuição complementar*”, mas de “*alternância*” entre as duas formas: “La locution très fréquente *il y a* (populairement: *y a*) s’emploie avec la valeur du verbe *être* pour marquer l’existence, ou avec la valeur d’une préposition pour amener l’indication d’un temps écoulé. Cette expression se remplace parfois, surtout dans le style élevé ou poétique, par il est: *Il y a donc un bon et un mauvais gout. - Il n’y a pas moyen de faire cela. (...)* - *Il est donc des noeuds secrets. - Il est des sympathies ... (...)* - *Il est aux bois des fleurs sauvages. (...)*”

<sup>59</sup>Não estamos postulando que o  $t_i$  mais baixo, em (59), se origina de movimento, como sugere a Cadeia (58). Na verdade entendemos (59) como um tipo de estrutura de controle [cf. nota 14], em que o expletivo *pro*, resultante da clitização, juntamente com o complexo ‘*cl. + être*’ licencia o DP sujeito da mini-oração complemento de ‘*arriver*’ pelo mecanismo da concordância em Caso. Falamos de “*um tipo de controle*” por termos de levar em conta o fato de, na estrutura em questão, a categoria vazia controlada ser regida pelo verbo que “seleciona”o complemento de que ela é sujeito.

<sup>60</sup>Estamos traduzindo por [LOCALIZAÇÃO] o constituinte “[PLACE]” de Jackendoff(1983).

<sup>61</sup>Deixamos em aberto a questão de saber se o “Constituinte Conceitual”[ESTADO] engloba, ou não, o Constituinte [PROPRIEDADE]. Jackendoff (1983) distingue os dois.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNEY, S. (1986). Functional Elements and Licensing. Trabalho apresentado no GLOW, Barcelona. Mimeo

- BELLETTI, A. (1988). "The Case of Unaccustives" Linguistic inquiry, 19,1,1-34.
- BOLINGER, D. (1977) Meaning and Form, Longman, London & New York.
- BORER, H. (1986) "I-Subjects" Linguistic Inquiry, 17, 3:375-416.
- BURZIO, L. (1981), Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries, MIT Ph.D. Dissertation.
- CHOMSKY, N. (1981). Lectures on Government and Binding, Foris, Dordrecht.
- \_\_\_\_\_, (1986). knowledge of Language: its nature, origin and use, Praeger, New York.
- \_\_\_\_\_, (1992). "A Minimalist Program for Linguistic Theory", ms, MIT.
- DAVIDSON, D. (1966) "The Logical Form of Action Sentences", In: Essays on Actions and Events (1980), Oxford, Clarendon Press.
- FRANCHI, Regina C.M. Whitaker, (1989). As Construções ergativas. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP, Campinas-SP
- FUKUI, N. (1986). A Theory of Category Projection and its Applications, Ph.D. Dissertation, MIT.
- GREVISSE, M. (1980). Le Bon Usage. Éditions Duculot, Paris-Gembloux.
- GRUBER, Jeffrey S. (1965), Studies in Lexical Relations. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge.
- HIGGINBOTHAM, J. (1987) "Indefiniteness and predication". In: E.J. Reuland and A.G.B. ter Meulen (eds) The Representation of (In)definiteness. MIT Press, Cambridge, Mass.
- JAEGGLI, O (1982). Topics in Romance Syntax, Foris, Dordrecht.
- JACKENDOFF, R. (1972). Semantic Interpretation in Generative Grammar. The MIT Press, Cambridge.
- \_\_\_\_\_, (1983). Semantics and Cognition, the MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- \_\_\_\_\_, (1987) "The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory, Linguistic Inquiry, 17,3: 369-411.
- KATO, M.A. (1974) A Semântica Gerativa e o Artigo Definido. Atica, São Paulo, SP.

KATO, M.A. (1990). "Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese", mimeo. IEL/UNICAMP, Campinas-SP.

KATO, M.A. & TARALLO, F. (1988) "Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese: its Correlation with Invisible Clitics and Visible Subjects". Trabalho apresentado em colóquio no Depto. de Linguística da Universidade da Pensilvânia.

KAYNE, R.S. (1977). Syntaxe du français, Éditions du Seuil, Paris.

\_\_\_\_\_, (1981). Complex Inversion Chains in French, Université de Paris VIII, Paris, mimeo.

LASNIK, H. e SAITO, M. (1984). "On the Nature of Proper Government", Linguistic Inquiry, 115:2, 235-290.

LYONS, J. (1977) Semantics, vol. 2, Cambridge University Press, Cambridge.

NASCIMENTO, M. (1984). Sur la postposition du sujet dans le portugais de Brésil, Tese de Doutorado, Universidade de Paris VIII, França.

NASCIMENTO, M. e DILLINGER, M. (a sair) "The Lexicon and the Form of Minimalist Grammar: evidence from Brazilian Portuguese". In I. Koch & Schlieben-Langue(eds.) Linguistik in Brasilein.Tübingen, Alemanha: Niemeyer Verlag.

NICOLAU, E.M. das Dores (1984). A Ausência de concordância Verbal em Português: uma abordagem sociolinguística. Dissertação de Mestrado. FALE-UFMG, Belo Horizonte

OUHALLA, J. (1991) Functional Categories and Parametric Variation, Routledge, London/New York.

PERLMUTTER, D. (1976). "Evidence for Subject Downgrading in Portuguese". In: Schmidt-Ratefeldt, Ed. Readings in Portuguese Linguistics, North-Holland Publishing Company, Amsterdam.

PERLMUTTER, D. (1978). "Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis", em Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society.

RAPOSO, Eduardo J.B.P. (1981). A Construção "União de Orações" na Gramática do Português, Dissertação de Doutorado em Linguística Portuguesa, Universidade de Lisboa, Lisboa.

ROTHSTEIN, S. (1983). The Syntactic Form of Predication, Ph.D. Diss., MIT

SAFIR, K. (1989). "What Explains the Definiteness". In: Eric J. Reuland and Alice G.B. ter Meulen (eds.), The Representation of (In)definiteness. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

SCHERRE, M. M. Pereira (1988). Reanálise da Concordância Nominal em Português. Tese de Doutorado, FALE-UFRJ, Rio de Janeiro.

SPEAS, M. (1986). Adjunction and Projection in Syntax. Ph.D, diss., MIT.

STOWELL, T. (1989). "Subjects, Specifiers, and X-bar Theory", In: Mark R. Baltin and Anthony S. Kroch (orgs), *Alternative conceptions of Phrase Structure*, The University of Chicago Press, Chicago and London.

TORREGO, E. (1983) "Determinerless NPs". University of Massachusetts, Boston, apud Borer (1986).

\_\_\_\_\_, (1989). "*Unergative-Unaccusative Alternations in Spanish*". In: Itziar Laka and Anoop Mahajan (eds), *MIT Working Papers in Linguistics*, Vol. 10, MIT, Cambridge, Massachusetts.

WILLIAMS, E. (1980). "Predication", in: Linguistic inquiry, 11, 101-139.

\_\_\_\_\_, (1981). "Argument Structure and Morphology", *The Linguistic Review* 1: 81-114.

ZUBIZARRETA, M.L. (1982). On the Relation of the Lexicon to Syntax, Ph.D. Diss., MIT.